

Medidas incrementais podem reduzir efeitos da recessão econômica

Octávio de Barros, do Bradesco, à esquerda; Caio Megale, do Itaú Unibanco, à direita, tendo o diálogo mediado pelo jornalista Jorge Vidor, ao centro

Economistas de dois dos maiores bancos privados, Caio Megale, do Itaú Unibanco, e Octávio de Barros, do Bradesco, apresentaram um diagnóstico parecido do quadro macroeconômico. Estão de acordo que o Brasil conviverá com recessão, não só em 2015, mas também no próximo ano. Mas afirmam que este momento tão agudo da crise deve ser aproveitado para adotar ações incrementais, a fim de que também o cenário de mais longo prazo não seja contaminado pelas incertezas de curto prazo. Neste ano, a taxa pode fechar em queda de mais de 2%. A retração deve ser menos acentuada em 2016. Os dois discutiram “O setor financeiro em perspectivas” durante a 7ª Conseguo.

Há saídas. “É possível fazer reformas que não seriam feitas em momento de normalidade e não devemos desperdiçar esforços”, assinalou Octávio de Barros. “Os ventos externos, responsáveis pelo crescimento da América Latina na década passada, agora não sopram mais ou podem estar em sentido oposto”, assinalou Caio Megale.

Octávio de Barros destacou quatro agendas relevantes para mudar a história econômica do Brasil. Uma na área de governança, outra envolvendo o aumento da potência da política monetária, na linha de produtividade e, ainda, englobando melhoria na infraestrutura. Ele diz ser possível acreditar em um novo ciclo de concessões e privatizações bastante significativo no País a partir do próximo ano.

Os países emergentes, principalmente o Brasil, não poderão contar com o driver das exportações para dar o pontapé inicial ao processo de recuperação. Seu peso, ao contrário do ocorrido na década passada, será menor, porque ocorre uma forte desaceleração no comércio mundial,

produzindo contração nos preços e na quantidade exportada. Para este quadro, há uma forte contribuição da China, país que começa a reduzir as compras externas, que no teto alcançaram o equivalente a 40% do PIB, mas que caíram para a metade agora e devem continuar em desaceleração ainda significativa nos próximos anos, para se estabilizar entre 15% e 18% do PIB. Algo que tem relação direta com a mudança no modelo econômico, que planeja fortalecer mais o mercado interno e reduzir o peso das suas exportações.

Megale reconhece erros na condução da política macroeconômica no passado, lembrando que o governo insistiu em estimular o consumo, mesmo com o PIB em evidente desaceleração. O resultado disso é que as famílias mantiveram a compra de bens e serviços, as empresas optaram por manter estruturas excessivamente dimensionada e, todos, agora, enfrentam dificuldades para reduzir endividamento e custos. Mas o ciclo de recessão, pelo menos, não é eterno e os olhos dos mercados devem apontar mais para um cenário de médio prazo, até porque, o elevado grau de diversidade da economia do país permite identificar boas oportunidades de negócios.

Fonte: [CNseg](#), em 16.09.2015.